

Grupo: a afirmação de
um simulacro

Regina Benevides de Barros



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lúgia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente



COORDENADORA DA COLEÇÃO:

Tania Mara Galli Fonseca

CONSELHO EDITORIAL:

Andréa Vieira Zanella – (UFSC)

Cecília Bouças Coimbra – (UFF)

Denise Bernuzzi Sant’Anna – (PUC/SP)

Eugénia Vilela – (Universidade do
Porto/PT)

José Mário d’Ávila Neves – (UFRGS)

José Nuno Gil – (Universidade Nova
de Lisboa)

Jusamara Souza – (UFRGS)

Luis Gomes – (Editora Sulina/PUCRS)

Luiz B.L. Orlandi – (Unicamp)

Maria Elizabeth Barros – (UFES)

Marisa Lopes da Rocha – (UERJ)

Peter Pál Pelbart – (PUC/SP)

Sandra Mara Corazza – (UFRGS)

Suely Rolnik – (PUC/SP)

Grupo: a afirmação de
um simulacro

Regina Benevides de Barros




UFRGS
EDITORIA


Editora Sulina

© Regina Benevides de Barros, 2007

Capa:

Carla Luzzatto

Coordenadora da Coleção:

Tania Mara Galli Fonseca

Projeto gráfico:

Carla Luzzatto

Editoração:

Niura Fernanda Souza

Revisão:

Caren Capaverde

Revisão gráfica:

Miriam Gress

Editor: *Luis Gomes*

1ª reimpressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Responsável: Paula Pêgas de Lima CRB 10/1229

B277g	Barros, Regina Benevides de Grupo: a afirmação de um simulacro / Regina Benevides de Barros. – 3ª edição 2013 – Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS, 2009 – (Coleção Cartografias) 350 p. ISBN: 978-85-205-0461-1 978-85-386-0050-3 1. Psicologia social. 2. Comportamento social. 3. Psicologia clínica. 4. Filosofia – comportamento. I. Título. CDD: 159.9.019.4 316.6 141.7
-------	--

Editora MERIDIONAL

Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101 – Bom Fim

Cep: 90035-190 – Porto Alegre/RS

Fone: (0xx51) 3311.4082

Fax: (0xx51) 2364.4194

www.editorasulina.com.br

e-mail: sulina@editorasulina.com.br

Editora da UFRGS

Ramiro Barcelos, 2500

Santa Cecília – Porto Alegre, RS

Cep: 90035-003

Fone/fax (51) 3308.5645 –

www.editora.ufrgs.br

www.livraria.ufrgs.br

Junho/2013

Era uma vez um menino que se chamava Luiz. Ele vivia muito triste porque quando saía nas ruas via tudo poluído, sujo, todos tristes, a natureza acabada. Uma vez, quando ia para a escola, encontrou um lápis no chão. Era diferente: brilhante, muito bonito. Pegou-o... começou a desenhar... e, de repente, VUPT, o lápis saiu da folha... era mágico. Luiz teve a ideia de sair pela rua colorindo e dando vida a tudo... desenhou uma natureza sem poluição, pessoas felizes... Voltou para casa. Luiz contou tudo para sua mãe... ela não acreditou, falou que estava “doido”. Ele pegou o lápis e costurou a boca da mãe!

O Lápis Mágico
Juliana Benevides de Barros, 1990.

Nossa história começa quando Mr. Kid encontra a abóbora marcada onde está presa sua namorada Wender Gir... quando ele entra na abóbora, seus primeiros obstáculos são os caroços guerreiros... Ele foi tentar se balançar pelos fiapos da abóbora, mas um fiapo arrebentou e ele caiu. Pensou assim: vou experimentar este fiapo... descobriu, então, que o fiapo fazia a gente ficar forte.

Mr. Kid e o segredo da abóbora gigante
Rafael Benevides de Barros, 1990.

Esses textos foram escritos por meus dois filhos, JULIANA e RAFAEL, em 1990, quando tinham 10 e 9 anos, respectivamente. Nesse ano, eu comecei meu curso de doutorado. Iniciou para nós também um período em que tivemos que inventar outra relação mãe-filhos. Foram muitos aprendizados nesses anos de viagens

Rio/São Paulo/Rio, nesses anos de ausências em momentos que, certamente, gostaríamos de ter estado mais perto. Com eles aprendi, como no texto de Juliana, a inventar outras linhas ou, como no texto de Rafael, de que podemos nos fortalecer nos bons encontros que fazemos. Com eles aprendi que vale a pena sair dos lugares “já destinados” para “construir” outros mundos. No curso deste trabalho, entretanto, outro acontecimento veio ao meu encontro. Um acontecer de dor e intensidade ainda não experimentado que me fez entrar em contato com a finitude da própria vida – a morte de meu querido irmão Jorge. Em sua luta final apostou na dignidade da vida e me mostrou a força da amizade e da solidariedade. É para eles que dedico este livro. Por querer com eles compartilhar os sonhos e as utopias e para lhes dizer que vale insistir na vida.

Sumário

Apresentação	
Quando o grupo é afirmação de um paradoxo	11
Prefácio	21
Várias entradas	27
Entrada 1: Por que grupos? A proveniência do “objeto” grupo	37
Século XVIII: o indivíduo como modo de subjetivação	43
A passagem feudalismo-capitalismo	43
Os discursos... com a palavra, os filósofos e literatos	45
As práticas: produções cotidianas de modos de subjetivação	48
A escola	48
O campo e a cidade	49
A saúde	51
Século XIX: as massas se movimentam	53
Esboço genealógico sobre os movimentos de massa	53
Da produção à produção de consumo	57
A instituição do silêncio	57
As massas em seus movimentos	64
A opinião pública	64
O que são as massas?	71
Século XX: o grupo como “intermediário” entre o indivíduo e a sociedade	77
Linhas e composições da instituição grupo: a montagem das cartografias grupais	93

Linha M	93
Linha K	96
Linha TA	97
Linha E	99
Linha T	101
Linha B	102
Linha P	104
Linha A	106
Linha G	109
E, afinal... para que grupos?	114
Entrada 2: A instituição-grupo: diagramas de constituição	121
Diagrama do “todo do grupo”/a conscientização como estratégia	129
Diagrama do inconsciente grupal: o grupo como objeto-aspirante à psicanálise	138
A linha do imaginário grupal da interfantasmática	151
Diagrama da epistemologia convergente	160
Cruzamento dos diagramas	177
Entrada 3: Dicotomias ou a lógica do terceiro excluído/o plano de consistência ou a lógica do terceiro incluído	179
Enigma 1	181
Enigma 2	183
Plano de organização x plano de consistência	197
Pesquisa-ação/pesquisa-intervenção	228
Da noção de sujeito/objeto à de processos de subjetivação/objetivação	232
Entrada 4: Rachando o grupo	237
O analisador 68: marcas de um coletivo-em-nós	241
As redes das práticas grupais e o movimento do institucionalismo francês	243

Diagrama da psicossociologia francesa	244
Diagrama do institucionalismo	248
Linha da psicoterapia institucional – primeira fase/ Primeira linha	248
Linha da psicoterapia institucional – segunda fase/ Segunda linha	252
Linha da pedagogia institucional	260
Linha socioanálise	263
A demanda por grupos e sua desvalorização	270
Grupo: intermediário de quê?	274
O contexto político se imanentiza em texto	279
Grupo-entre: rizomar...	289
Grupo: a arte de percorrer as superfícies	293
Grupo: experimentação	297
Grupo: plano de transferência	301
Grupo: do organismo ao corpo sem órgãos	305
Afinal, há o tão procurado “ <i>plus</i> grupal”?	307
Ainda cabe falar de trabalho grupal?	309
 Entrada 5: Entrada grupal: uma escolha	
ético-estético-política	313
A escolha que se faz	315
Processos de subjetivação e grupo	316
O paradigma ético-estético-político e o grupo	321
 Notas	325
 Bibliografia consultada	335
 Coleção Cartografias	347

Quando o grupo é afirmação de um paradoxo

Finalmente temos publicado este texto que, no entanto, já foi muitas vezes citado, desde sua primeira apresentação na defesa de tese de doutorado no Núcleo de Subjetividade da PUC/SP, em 1994. Tendo permanecido por tanto tempo em uma circulação restrita, mas não menos eficiente, o texto ganha a forma de livro, podendo, agora, atingir esse leitor desconhecido, cumprindo, assim (então), sua mais completa vocação.

Eu já o havia lido desde então, quando, me lembro, me surpreendeu, sobretudo por sua maneira de fazer aparecer um objeto de estudo nesta zona limite entre a clínica e a política. Na verdade, mais do que um objeto de estudo, era a afirmação de uma aposta e de um investimento que não se poderia realizar só.

Foi a primeira tese de doutorado defendida no Núcleo sob a orientação de Suely Rolnik. As duas, orientadora e orientanda, expressavam ali uma aliança e uma amizade – marca desse grupo das quartas-feiras de que ouvíamos falar em seus encontros animados. Sim, havia um grupo, o que conferia ao trabalho de pesquisa uma consistência especial, uma carne viva, que tanto mais pulsava quanto mais dinâmico se fazia o coletivo. Uma consistência que se transferia para o texto que tomou a experiência do coletivo em análise.

Contudo, não foi só no trânsito do Rio (onde Regina sempre morou) para São Paulo que o texto ganhou força. Talvez seja melhor dizer que a escolha do tema do grupo foi a maneira de responder à

experiência de ser forçada a estar no limite dos domínios da clínica e da política, resistindo ao centripetismo que insiste em nos convocar a uma identidade especialista. Daí, então, uma escolha crítica: crítico-clínica, crítico-política, fazendo da rebeldia aos especialismos uma maneira de pensar que, por definição, é imediatamente uma forma de intervir sobre a realidade.

Eis, portanto, que a inspiração institucionalista se fez presente: não conhecemos para transformar, mas transformamos para conhecer a realidade. E o grupo se oferece, ao mesmo tempo, como dispositivo de intervenção (produção de transformação e produção de conhecimento) e como designação do próprio plano que se quer acessar (nas intervenções) e conhecer: plano do inconsciente, social e subjetivo, plano coletivo.

Desde a Psicoterapia Institucional, na França dos anos 60, com sua definição da direção do trabalho analítico, o grupo está posto como o dispositivo por excelência de intervenção. É daí que o livro parte, acompanhando um percurso que não culmina na socioanálise, pois vai se abrindo para experimentações que o próprio texto de Regina faz avançar.

Como quis Guattari, do grupo-assujeitado ao grupo-sujeito, a passagem não se faz por entre dois conjuntos de elementos, dois agrupamentos de indivíduos, mas por entre duas posições, duas atitudes. Por um lado, o *êthos* de submissão, que caracteriza o grupo quando de seu funcionamento, é heterônimo, estando submetido a regras externas, o que faz da posição subjetiva uma forma de assujeitamento. Por outro lado, há a assunção do grupo à posição da fala irruptiva, em uma ação transgressora dos significantes sociais dominantes e das regras de assujeitamento. O grupo-sujeito opera de maneira autônoma, criando suas próprias regras. Guattari é parceiro nesse percurso e nessa direção, propondo uma "política da intrusão" e uma militância do "corte subjetivo" que atua no presente e que se propaga como gérmen

potencial, como força de reverberação em um novo legado do plano do inconsciente¹.

O que se afirma quando a aposta é no coletivo? Trata-se da construção de uma clínica atravessada pela política ou, mais do que isso, uma clínica de tal modo indissociável da política que não seria mais possível pensá-las como campos disciplinares separados, o que aparece como a direção da transdisciplinaridade no texto. Nesse sentido, o trabalho analítico não se restringe nem à ação dos especialistas psi nem, sequer, aos fatores psi (os fantasmas individuais, os complexos familiares, os sintomas psicopatológicos). Toda análise é análise institucional e toda clínica é ação política, porque argui os pontos de insurreição na história, os pontos de inflexão dos discursos na composição de certas práticas. Toda análise, toda clínica é política, porque problematiza os lugares instituídos, as dicotomias naturalizadoras, porque pergunta sobre os modos de constituição das instituições.

Entretanto, para irmos adiante, se quisermos, de fato, dar visibilidade a esta imanência entre clínica e política, é necessário que perguntemos quais práticas a clínica tem posto em funcionamento, quais efeitos políticos a clínica tem produzido e, principalmente, qual vida ela tem implementado. É no bojo do movimento institucionalista que o grupo se anuncia como dispositivo fundamental para que se inclua a dimensão analítica na luta política, assim como a política na análise. O grupo opera, portanto, na fronteira entre a clínica e a política.

Sabemos que fronteira é uma questão de política, de jogo de forças, de crivo seletor, de regra de passagem do que pode e do que não pode entrar no jogo. No limite entre a clínica e a política, somos forçados a sair do caso da clínica para pensar a clínica como um caso ou, o que vem a dar no mesmo, pensarmos qual política tal clínica produz. Se há uma política da propriedade, dos direitos da pessoa e dos grupos instituídos, há também uma micropolítica

¹ Cf. Introdução à Psicoterapia Institucional em *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004 [1974].

que encontramos ao esgarçar ou debrear as propriedades de si e do mundo, revelando seu tecido conjuntivo ou, melhor ainda, seu tecer. A ação clínico-política é definida aqui como essa arguição das propriedades ou como essa ação na micropolítica: ação de uma política micro, não porque pequena, mas política menor; menor, não porque menos importante, mas relativa aos movimentos políticos minoritários que escapam das máquinas sobrecodificadoras e das medidas-padrão. Micropolítica dos/nos grupos porque era uma política relativa aos processos de criação de si e do mundo; a um só tempo política de subjetivação e política de organização do *socius*.

Na perspectiva deste livro, há que se fomentar grupos que se ofereçam como suporte de expressão de virtualidades existenciais – suporte não tanto para o que existe, mas para o que é gérmen potencial para outras existências. A clínica se constrói, aí, como combate às dicotomias entre o infra e o superestrutural, posto que o desejo é parte da infraestrutura, também produzindo realidade. A revolução social é a revolução do desejo. Trata-se de fazer atravessar (transversalizar) os níveis molar e molecular, micro e macropolítico. Realidade social e realidade desejante se distinguem, mas não se separam de tal maneira que não possamos pensar a mudança das formas de organização do *socius* sem pensarmos na alteração dos modos de subjetivação. O problema da clínica se situa nesse limite instável entre a produção social e a produção desejante, o que nos obriga a colocar em questão a dicotomia entre o individual e o coletivo. Daí a importância dessa definição do grupo como realidade intermediária: "grupo-intermediário".

Nesse lugar do limite – estranho lugar em que se está nem bem aqui nem ali, nem dentro nem fora ("Tô Fórum" dissemos em Porto Alegre, em 2001) –, o grupo permite a comunicação dos díspares, do que é forma e do que é força, do que é produto (social ou subjetivo) e do que é processo de produção (produção de si e do mundo), do que é estado de coisa (forma instituída ou estrutura

subjetiva) e do que é movimento (movimento de institucionalização ou movimento desejanste). Habitando essa zona do inespecífico, o grupo está em um não lugar (*u-tpous*) permitindo que, com ele, afirmemos nossas utopias ativas. Eis a afirmação de um simulacro.

Não mais caberia, então, falar de "o grupo", a não ser quando quiséssemos nos remeter ao grupo-representação ou ao grupo-identidade, plano molar que obedece à lógica do terceiro excluído (ou o indivíduo ou a sociedade, ou o indivíduo ou o grupo etc.). Se tomarmos o grupo como realidade molecular ou micropolítica, como plano de forças sempre longe do equilíbrio, a lógica é outra. Em meio ao plano das forças não mais encontramos unidades, mas devires; não há correspondências de relações, imitações ou busca de novas (ou velhas) identidades. O grupo entendido como devir se oferece como oportunidade para a extração de partículas das formas já constituídas, apontando para a emergência de outras formas.

Leremos neste livro a afirmação de um "devir-grupo" entendido como "experiência de composição com outros modos de afecção, outros modos de existencialização". O coletivo torna-se, assim, um modo de funcionamento no qual se pode apreender a aceleração das partículas que compõem dada realidade, "de tal forma que do conjunto assim composto saiam partículas que entrem em relação (...) com zonas ainda não conhecidas". Estar em grupo é como se lançar (lançar-se) em uma linha de fuga para além dos dualismos, para além das estratificações, das medidas-padrão, para além. Nessa experiência de devir, o grupo deixa de ser apenas um conjunto de pessoas reunidas a partir das representações internas que cada um constrói sobre o outro. Tampouco é o todo maior do que a soma das suas partes; nem o espaço para o compartilhamento de fantasmas grupais. Devir-grupo é experimentar o para além do grupo identitário, conectando os fluxos informes que se atravessam na zona das virtualidades existenciais.

Devir-grupo é conectar-se com partículas das instituições, não com as formas instituídas, mas com as forças instituintes. Devir-grupo é lançar-se em um processo heterogenético: "Devir-grupo e não ser-do-grupo".

O grupo, no sentido dado neste texto, não possui uma natureza, não é uma natureza, ele é efeito de modos de operar fluxos: cortando-os seja com máquinas sobrecodificadoras – aquelas que remetem o grupo ao indivíduo ou à sociedade, grupo-todo, grupo-uno –, seja com máquinas mutantes, que produzem agenciamentos mais flexíveis por onde devires podem passar. Sempre submetido a essas duas formas de maquinação, o grupo se apresenta como realidade complexa e paradoxal, já que comporta fechamento e abertura, forma e força, unidade e processualidade.

A dimensão paradoxal do grupo não deve, entretanto, ser confundida com qualquer forma de relativismo ou de tentativa de conciliação. A afirmação da natureza complexa da realidade grupal não pode nos isentar de um engajamento ativo no qual escolhemos essa ou aquela dimensão que, apesar de não se separarem, se distinguem. Em última instância, podemos dizer que o paradoxo se dá como a distinção sem separação entre o plano de produção e as formas produzidas: grupo como processo de coletivização e como forma grupal instituída. Essa complexidade primeira se projeta em outras que ampliam a espessura paradoxal do grupo, não nos impedindo, no entanto, de orientar nossas apostas clínico-políticas, já que há sempre uma dimensão da realidade em questão que é expressão direta do plano de produção, isto é, que se oferece como via para criação ou ponto de bifurcação por onde a realidade pode se desviar. E não é esse o sentido clínâmico que queremos atribuir à clínica?

O grupo, nesse sentido, se apresenta como uma rede quente que porta, do processo de produção, seu produzir-se contínuo. Possibilidade de mundo outros, de outras saídas e novos problemas. Mas também sabemos que, quando o produto se desconecta desse

plano de produção, se descola do produzir-se; o efeito é o do esfriamento, do incapacitar-se para a diferenciação própria do plano. Aqui são as redes frias, redes-reprodução, que se põem a funcionar; perigo, portanto. Perigo de congelar-se em uma, de serializar-se e de assujeitar-se.

No grupo, podemos acessar tanto sua dimensão de produto social e subjetivo quanto o seu plano de produção. Esse último é o plano maquínico em que o produzir se faz por agenciamentos ou encontros entre elementos heterogêneos (familiares, *mass-midiáticos*, estéticos, urbanos etc.). O movimento de produção do/ no grupo se conecta com outras máquinas em funcionamento, evidenciando essa inseparabilidade entre produção individual e social. Por isso, o grupo é essa figura utópica, sem lugar determinado, permitindo-nos pensar o contemporâneo.

No contemporâneo, privilegiadamente, a máquina capitalista é que ganha dimensões de império. Seu funcionamento se caracteriza por uma forma muito especial de voracidade, de poder de anexação, de omninclusão. Essa máquina quer tudo submeter ao seu funcionamento equalizador, homogeneizador, serializante, a tal ponto que já não lhe basta ter confiscado os corpos através das instituições de confinamento. Não lhe basta agir produtivamente sobre matérias formadas (a criança, o louco, o operário) e funções finalizadas (ensinar, tratar, treinar). Não lhe basta disciplinar os corpos em uma ortopedia remodeladora de formas. Agora, a omnimáquina do capitalismo quer exercer seu domínio sobre a matéria informe, sobre as funções não finalizadas, sobre a vida ainda não formada, sobre o puro viver. Trata-se de uma omnimáquina do biopoder, como propôs Foucault. Essa máquina, seguindo o desejo do incomensurável, quer controlar o maquinar da vida, quer controlar o próprio plano de produção. Não lhe interessam tão somente as formas, mas os processos de formação. Nesse sentido, a máquina capitalista se apresenta como uma axiomaquina que age antes dos códigos, aquém das regras que caracterizam as diferentes insti-

tuições. A axiomaquina é o resultado da tentativa de controle capitalístico da vida.

No grupo, seu plano de produção se encontra com outras máquinas que aproveitam dele essa sua potência de bifurcação ou de heterogênese. Deve-se a isso o interesse do capitalismo nos grupos e em seus movimentos coletivos (o que Foucault designou de "biopolítica das espécies"): ali se pode apreender a vida em movimento. Eis então que, em sua máxima sofisticação e violência, o capitalismo age sempre em dois sentidos: individualizando e grupalizando. Tal como a figura bifonte de Janus, ele olha para os dois lados ao mesmo tempo.

Em sua versão neoliberal, o capitalismo pretende uma forma de controle por modulação da existência e dos modos de produção. Há aqui uma interessante sintonia entre a forma como o capitalismo se amplia e o próprio modo como ele produz existências. O Capitalismo se faz como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) na medida em que realiza uma anexação contínua do que lhe seria exterior. Trata-se de um poder de omninclusão, pois também opera nos seus próprios limites, não respeitando as barreiras e os muros (como no caso das instituições, ou na situação exemplar do muro de Berlim), modulando suas próprias regras, seus próprios valores.

O efeito de poder de omninclusão é caracterizado por uma existência forçada a se modular continuamente em uma formação permanente, tal como podemos verificar na situação paradigmática da empresa contemporânea, que introduz a rivalidade nos grupos como motivação para produção premiada pelo salário diferenciado. Com a quebra da isonomia no campo do trabalho e pela promoção de sistemas de diferenciação do trabalhador pelo seu mérito, pela sua produtividade, gera-se uma situação de controle contínuo correlata a essa formação contínua.

Contudo, para o império é preciso pensar um contraimpério em estranha e constrangedora sintonia. O trabalho de Regina é, nesse sentido, descritivo e funcional, isto é, ele apresenta a forma

do perigo e aponta para linhas de resistência. Como se dão as resistências no contemporâneo? Como a experiência do/no grupo nos orienta em nossas lutas cotidianas?

As formas de resistência emergem, agora, como deslocamentos na rede mundial, fazendo ressaltar o que nela há de tendência heterogenética. Há um paradoxo interno à axiomática do capital que se reverte em forma de contra-ataque. O paradoxo é este: o programa de equalização do *socius* através de uma rede global não consegue se realizar de forma única, unívoca, unificada. Em outras palavras: o programa de homogeneização do *socius* não consegue se realizar sem uma heterogeneidade, uma divergência interna; assim, a resistência política em um mundo dominado pelo biopoder é a de reorganizar e a de reorientar as redes de mundialização, apostando na divergência entre elas e, com isso, apostando em novos fins (o Fórum Social Mundial é essa versão quente que Davos realiza como rede fria).

O tema do contraimpério nos impõe uma reflexão que se situa mais do que nunca neste limite ou zona de indiscernibilidade entre a clínica e política. Trata-se, portanto, de tomar o grupo como ponto de incidência e função de resistência às formas de dominação. Mantemo-nos no paradoxo. O livro *Grupo*: a afirmação de um simulacro, de Regina Benevides, nos coloca nesse estranho lugar – um lugar que é uma aposta, uma aposta que é uma afirmação. Afirmemos o paradoxo.

Eduardo Passos